

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Aos 30 dias do mês de maio de 2023 às 16h36, reuniram-se para a segunda reunião da Diretoria Executiva do ano de 2023, Daniel, Diretor Presidente; Anelisa, Diretora de Administração; Tatiane, Diretora de Benefícios; Maria Fernanda, Diretora de Contabilidade Interina e Sônia, Controladora Interna. A Diretora de Contabilidade apresentou a planilha de acompanhamento dos gastos com a Taxa de Administração. O valor da taxa de administração para o ano de 2023 é de R\$ 3.492.861,89, até o mês de abril foram gastos R\$ 1.140.959,60, o valor das despesas não considera o PASEP que está sendo pago com valor de sobras de anos anteriores. Já foram gastos 32,67% do valor da taxa. A previsão de gastos para o restante do ano é de R\$ 2.109.376,22, com isso teríamos um déficit de -R\$ 415.534,09. Maria Fernanda sugeriu que sejam avaliados os aditivos de contratos que serão feitos até o final do ano, para que seja feita suplementação nos aditivos, para que despesas novas sejam pagas com valor de sobras. Anelisa compartilhou a planilha de rentabilidade dos fundos de investimentos, nos fundos da carteira administrativa que correspondem a taxa de administração, foi apurado, até o mês de abril, uma rentabilidade de R\$ 229.506,30, a estimativa é de que até o final do ano o valor da rentabilidade seja suficiente para cobrir o déficit da taxa de administração. O diretor-presidente perguntou quantas aposentadorias foram concedidas no mês de maio, Tatiane informou que foram concedidas 11 aposentadorias, 3 pensões e 1 aposentadoria concedida por via judicial, totalizando 15 benefícios no mês de maio, destas, 4 aposentadorias por invalidez. Tatiane relatou que neste mês tiveram muitos problemas na folha e o atendimento da FAC é muito ruim. O tratamento dispensado ao departamento de benefícios é displicente. No dia 15/05 tivemos uma reunião com Alexandre, onde foram apontadas diversas pendências, problemas que afetam diretamente a execução dos serviços do Departamento de Benefícios, a FAC não cumpriu os prazos estipulados durante a reunião. Tatiane disse que passada a turbulência da folha irá elaborar um ofício elencando todas as pendências e estipulando prazos para solução. O contrato com a FAC está quase completando 1 ano e está em fase de renovação, porém, caso a situação de pendências persista e não haja melhora quanto aos retornos da empresa no atendimento, para o ano seguinte, a renovação do contrato terá de ser melhor avaliada. Daniel disse que nesse ponto diverge de Tatiane, pois com ele o atendimento da FAC é rápido. Foi compartilhada a apresentação da Prestação de Contas do 1º quadrimestre, onde é demonstrado o déficit financeiro, apurado entre receita de contribuição x despesas, de -R\$ 5.139.134,78. Foi apresentado o gráfico da evolução do número de ativos x inativos de 2011 a 2023 e o gráfico com a projeção de evolução com base no relatório de aposentadorias iminentes enviado pela ETAA, neste ano 444 já podem se aposentar, isso representa um impacto de -12.211.993,35 na receita anual e de 22.907.509,56 na despesas anual com pagamento de benefícios. Foi apresentado o gráfico da evolução da receita de contribuição x despesas e constata-se que o problema começou em 2021, quando o valor das despesas superou o valor da receita e desde então este valor só aumenta. O Diretor Presidente disse que precisamos avaliar a legislação do IPREM e mandar as alterações necessárias para a Prefeitura, isso já foi feito outra vez, mas agora há urgência em determinados casos. Como por exemplo, a questão dos médicos peritos, a lei do IPREM determina que o médico perito precisa ser servidor efetivo, há previsão dos dois peritos do IPREM se aposentarem até o final deste ano, por isso é necessário revisar essa lei para que não seja necessário justificar um possível contratação de emergência. O Diretor-Presidente sugeriu que sejam feitas pesquisas de legislação de outros Institutos. Tatiane informou que a Lara já fez algumas pesquisas. A legislação atual prevê um Contador para compor o Comitê de Investimentos, porém o quadro de servidores do IPREM não tem contador. Outro ponto importante, é que o Tribunal de Contas apontou segregação de função no fato do Diretor Presidente participar do Comitê de Investimentos. Ainda não foi feita uma notificação oficial pelo Tribunal, mas foi apontado em outras decisões da corte. Sonia comentou também sobre a necessidade de alterar a composição do Comitê, sugerindo retirar os Presidente dos Conselhos da composição do Comitê. A Diretora de Contabilidade comentou que, na lei atual, a carga horária dos cargos comissionados na descrição dos cargos está como 30 horas, a



Diretora de Benefícios informou que na lei consta como horário fixo do IPREM das 12h às 18h e o horário das sextas-feiras. Daniel solicitou que os Diretores apontem as alterações necessárias na legislação vigente e pesquisem a legislação de outros Institutos. Foi relatado o caso do servidor aposentado por invalidez, José Ricardo. O artigo 43 da lei 4643/2007, prevê que *“O segurado em gozo de auxílio-doença, ou aposentadoria por invalidez, está obrigado a se submeter, sob pena de suspensão do pagamento do benefício, periodicamente, a exames médicos a cargo de junta médica designada pelo IPREM, bem assim a tratamentos, processos, readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos por aquele serviço médico.”* O servidor quer voltar a trabalhar, ele fez requerimento de perícia para revisão da aposentadoria. Ocorre que as perícias costumam ser conturbadas, Tatiane marcou uma reunião com os peritos para próxima quinta-feira, onde pretende-se verificar a possibilidade de fazer uma perícia e enviar a conclusão por correio para o servidor, caso não seja possível, serão discutidas outras possibilidades, Sonia mencionou os artigos Art. 103 e Art. 122 da lei 4643/2007 como alternativas para realização da perícia. O Diretor-Presidente mencionou o impasse que existe quanto a data de criação do Instituto. O INSS está cobrando compensação previdenciária de 1946. A lei 2661/1993 criou o IPASE, porém, a Secretaria de Previdência entende que o Instituto foi criado em 1971, quando se analisa o Decreto de 86 de 1946 em conjunto com a lei 1042/71 em que passa a haver cobertura de aposentadoria e pensão no município. Giovanni fez um levantamento da legislação e a Tatiane fará uma consulta para ABCPREV sobre a data de criação do Instituto. Ficou definido que a reunião da Diretoria Executiva ocorrerá todo último dia de cada mês. Onde será apresentado o acompanhamento das receitas e despesas, dos investimentos e das aposentadorias e pensões, além de discutir os demais assuntos pertinentes que surgirem. O TCEMG enviou o registro de ato de aposentadoria, com recomendações ao Controle Interno *“O Órgão de Controle Interno deverá ser alertado pelo atual gestor de que, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverá dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, em observância às disposições do art. 74 da Constituição da República e do parágrafo único do art. 81 da Constituição Mineira.”* Tatiane recomendou que seja elaborado um ofício para o Tribunal relatando a situação da sexta parte e a decisão judicial que determinou o retorno dos pagamentos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18h10min.

Daniel Ribeiro Vieira
Diretor Presidente

Anelisa C. Oliva
Diretora de Administração

Tatiane Moreira Muroi
Diretora de Benefícios

Maria Fernanda da C. Faria
Diretora de Contabilidade Interina

Sônia Márcia Guimarães
Controladora Interna

